

PARA PENSAR UM NOVO MUNDO: A GEOGRAFIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL

Prof^a Dr^a Inês Aguiar de Freitas
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Geografia

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é mostrar que os jesuítas que estiveram no Brasil, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, produziram obras de importante conteúdo geográfico que não podem continuar desconhecidas ou desprezadas pelos geógrafos da atualidade, pois constituem importantes fontes para a geografia do Brasil ou, no mínimo, para a história dessa geografia.

A fim de conhecer a origem e a riqueza de conteúdo presentes nessas obras, decidimos partir para uma análise do conteúdo de algumas delas, o que permitirá a observação de algumas pistas que auxiliarão os geógrafos da atualidade na compreensão dos textos jesuítas, muitas vezes aparentemente difíceis, herméticos ou mesmo fantasiosos e, talvez por isso, tanto tempo esquecidos pela geografia brasileira.

Palavras chave: História do pensamento geográfico; jesuítas; geografia medieval; Geografia do Brasil.

ABSTRACT

The fundamental aim of this paper is to show that the jesuits who were in Brazil during the 16th, 17th and 18th centuries were able to produce works of important geographic contents which cannot go on being unknown or ignored by the present time geographers, for they constitute important sources for the geography of Brazil or, at least, for history of this geography.

In order to know the origin and richness of contents which are present in these works, we have decided to start an analysis of contents of some of them, which will allow the comment on some hints which will help the present time geographers on the comprehension of the jesuitic texts, many times, apparently difficult, airtight or even imaginative and, perhaps due to this, forgotten by the brazilian geography for a long time.

Key words: History of geographical thought; jesuits; medieval geography; Geography of Brazil.

Introdução

Tendo estudado a obra dos jesuítas que se dedicaram ao trabalho na América portuguesa, em nosso trabalho *Em Nome do Pai: a geografia dos jesuítas no Brasil, nos séculos XVI, XVII e XVIII*, vimos que os padres da Companhia de Jesus (da Assistência de Portugal, no Brasil) produziram, aqui, um importante número de obras de “conteúdo geográfico”, que tratavam de temas ligados à nossa disciplina, tais como: natureza, território, índios, flora, fauna, levantamentos cartográficos, localizações, medições e delimitações das novas terras.

As cartas, relatos e obras dos jesuítas, escritas no Brasil por aqueles que aqui tiveram moradia fixa, levaram à Europa importantes conhecimentos da terra brasileira, através de um trabalho empírico sistemático que nos permite situá-los entre os primeiros geógrafos em nossa terra e, assim, dignos de serem postos à luz do pensamento geográfico.

Em nosso já citado trabalho, além de destacarmos a importância do saber geográfico entre os padres da Companhia, apresentamos um Quadro Bibliográfico, onde enumeramos todos os jesuítas que trataram algum tema geográfico, seguidos de suas respectivas obras. (Resultado de trabalhosa pesquisa, foram levantadas 146 referências).

A fim de facilitar a leitura dessas obras, este texto visa a esclarecer sobre as diferentes etapas do ato de “olhar” o Novo Mundo, seguidas pelos padres da Ordem. É possível, por exemplo, percebermos algumas mudanças temáticas ao longo do tempo? Poderíamos definir características gerais que marcam a obra dos jesuítas, em cada século? Como os padres pensaram a natureza brasileira? Que elementos de sua formação intelectual e de sua cultura, próprias da civilização cristã ocidental, influenciaram, ou mesmo

determinaram sua visão do Novo Mundo? Fundados em que conjunto de idéias foram dados testemunhos das novas terras? Acreditamos que a visão que os padres tinham da natureza, o modo como pensavam, descreviam e explicavam o mundo, seguia certas matrizes cujas “pistas” tentaremos aqui desvendar, no intuito de resgatar as obras jesuíticas como importantes fontes para a geografia que se faz hoje.

Descobrir, Relatar, Compreender...

Elliot (1984) acredita que os obstáculos à incorporação do Novo Mundo ao horizonte intelectual da Europa foram muito grandes. Não só aqueles ligados ao tempo, ao espaço, à herança cultural, ou mesmo à língua. Segundo o autor, foram necessários esforços de níveis diferentes para que este Novo Mundo fosse, aos poucos, compreendido pela Europa. Assim, a tentativa dos europeus de assimilar as terras e povos que haviam sido revelados, tão inesperadamente, do outro lado do Atlântico, acabou conhecendo diferentes fases. Seguindo-se as idéias do autor, podem ser reconhecidas quatro fases: 1) a etapa da observação (que incluía tentar identificar e comparar aquilo que se descobria); 2) a etapa da descrição, que detalhava o desconhecido, de tal forma que pudesse ser captado por aqueles que não o tivessem visto; 3) a etapa da divulgação de novas informações, novas imagens e novas idéias, de tal maneira que comesçassem a fazer parte da bagagem mental comum à civilização européia; 4) a etapa da compreensão, da assimilação do inesperado e do desconhecido, que passavam a ser contemplados como fenômenos existentes por direito próprio, ao mesmo tempo em que se estendiam as fronteiras do pensamento tradicional, com o objetivo de incluir nelas os novos objetos e fenômenos.

Os jesuítas do Brasil, em suas obras, ao contribuírem para o conhecimento do Novo Mundo, não se distanciaram muito destas fases reconhecidas por Elliot. Podemos dizer que, às etapas 1 e 2 correspondem as obras produzidas no século XVI, a etapa de número 3 caracteriza o século XVII, enquanto a fase 4 está relacionada à produção literária dos jesuítas no século XVIII. Com base nesta organização de idéias, avançamos um pouco mais, informando que a leitura de muitas dessas obras jesuíticas nos permite caracterizá-las da seguinte maneira, ao longo do tempo:

O século XVI seria a fase do primeiro “contato”. Neste período, destacam-se as primeiras notícias “dignas de admiração” ou descrições de fatos e coisas “desconhecidas deste mundo”. A grande maioria das obras desta época trata de descrever o clima, a fauna, a flora, a natureza, o território, como podem exemplificar as citações a seguir:

*...o sol realiza o seu curso numa temperatura uniforme, de modo que nem o inverno causa horror pelo frio, nem o verão infecciona pelo calor: em quadra nenhuma do anno cessam as chuvas, de maneira que durante dois, ou três dias, o sol alternadamente succederá chuva: em alguns annos acontece tambem fechar-se o céu e suspender-se a chuva, de tal sorte que os campos se tornam estereis... (Anchieta, José de. *Fazendo a descrição das inúmeras coisas naturais, que se encontram na província de São Vicente hoje São Paulo* in *Cartas Inéditas*, (1560). p.6).*

Entre outras muitas uma herva é abundante, em toda a parte (a qual frequentemente vimos e tocamos) e a que chamamos viva, porque parece possuir certa sensibilidade: pois si a tocamos, de leve que seja, com a mão, ou qualquer outra parte do corpo, immediatamente as folhas se encolhem, fecham, e como que se enrolam, para se tornarem abrir, pouco tempo depois” (Anchieta, op. cit., p.43).

Nota-se também que tudo o que era observado, não raro, era levado a um determinado grau de comparação com um fenômeno já conhecido do Velho Mundo. São inúmeros os exemplos de utilização deste artifício para auxiliar na descrição de um fenômeno totalmente novo para os europeus. Assim atestam as palavras de Anchieta que, ao descrever a onça pintada e a onça parda, utiliza-se de animais conhecidos na Europa, como o veado (para dar a idéia da cor) e o carneiro e o gato (para dimensionar os animais que descrevia):

Encontram-se também entre nós pantheras, das quaes ha duas especies: umas côr de veado, estas menores, e mais cruéis; outras são malhadas, e pintadas de côres diversas, e estas se encontram facilmente em qualquer parte. No tamanho do corpo excedem a um carneiro bem grande, pelo menos os machos; por quanto as fêmeas são menores, e em tudo semelhantes aos gatos: são boas para comer, o que experimentamos algumas vezes... (Anchieta, J., *op.cit.* (1560), p.27).

Compara-se o clima, sempre ameno, ao frio inverno europeu. Compara-se a vegetação perene e sempre verde às conhecidas florestas caducifólias do Antigo Continente. (não esqueçamos: havia um mundo totalmente novo, porém, observado e compreendido dentro de antigas estruturas mentais). Esta quase incapacidade de descrever sem comparar não é exclusiva dos jesuítas. Elliot (1984) nos fala desta prática em Cortez, e Perrone-Moysés (1992) identifica este tipo de comportamento em Caminha e Gonneville, percebendo que tal prática trazia à tona, muitas vezes, um indisfarçável sentimento europeu de superioridade.

Caminha diz que os índios moram numas choupaninhas “como de Entre Douro e Minho”; Gonneville verifica que as portas se fecham com tramelas como as dos estábulos na Normandia. As semelhanças encontradas, no seio da mais espantosa alteridade, os reconforta, e ao mesmo tempo confirma a sua superioridade sobre aqueles povos, que não têm templos nem palácios, mas apenas choupaninhas e “estábulos” (Perrone-Moysés, 1992, p.98).

Assim, podemos dizer que esta fase de observação e descrição é o retrato ainda de uma certa incapacidade da Europa em reconhecer a existência de um mundo novo, voltando-se sempre para si mesma, para a comparação com seus elementos.

No entanto, este tipo de comportamento nem sempre era a “constante” entre os jesuítas, levando-se em consideração a originalidade e a capacidade de reconhecer o “novo” com as quais muitos padres, como Anchieta e Nóbrega, descreveram o Brasil do século XVI. Este último, em Cartas do Brasil - 1549-1560, ao fazer um “inventário” da flora e da fauna brasileiras, questiona a autoridade de Plínio, concluindo que o naturalista da Antigüidade que ainda tinha grande crédito na Europa não conhecia todos os animais e plantas.

A obra jesuítica produzida no século XVII tem suas grandes preocupações voltadas principalmente para a etnografia indígena e para “reconhecimentos” (descobrimientos geográficos) no território (rios, vales, caminhos etc). Seguindo a característica principal da fase 3 apresentada por Elliot - a divulgação de informações - este século apresenta uma mudança no modo de encarar a natureza do Novo Mundo: passava-se da fase da “descoberta”, do “contato”, para a do “reconhecimento”. Era como se a surpresa inicial se evanescesse, dando lugar a um interesse mais racional em “conhecer para utilizar”. O aproveitamento, o uso das novas terras (interesses ditados pelas raízes filosóficas da filantropia européia) faziam necessário um conhecimento mais profundo daquilo que o Novo Mundo tinha a oferecer, de seus limites e de suas dimensões territoriais.

Está sita esta região do Brasil, na Zona, a que os antigos chamaram tórrida. Começa pontualmente do meio dela para a parte Austral, correndo ao Trópico de Capricórnio, entrando deste na Zona temperada o espaço, que já consta do que dissemos, e logo mais diremos. Sua forma é triangular. Pela parte do Norte, e logo pela do Oriente que respeita aos Reinos de Congo e Angola, é lavada das águas do Oceano. Traz seu princípio de junto ao rio das Amazonas, ou Grão-Pará, pela terra que chamam dos Caribás, da banda do oeste, desde o riacho de Vicente Pinçon, que demora debaixo da linha Equinocial, e vai acabar (segundo o que está de posse) em outro grande rio, a que chamam da Prata, e são duas faces do triângulo, e a terceira vem a fazer a linha do sertão (Vasconcelos, S. Crônica da Companhia de Jesus, 1668. p.60).

Os missionários se deram conta ainda de que para realizar, efetivamente, seu trabalho, era preciso compreender um pouco mais os costumes e tradições dos povos indígenas confiados à sua proteção. Essa mesma proteção exigia dos padres um conhecimento do território brasileiro que lhes permitisse percorrer novos caminhos no interior, em busca de tribos pagãs, antes que colonizadores portugueses o fizessem, em busca dos mesmos índios para fazê-los escravos.

...estamos hoje de posse de todas as Aldeias de índios já cristãos ou confederados com os Portugueses desde o Rio das Amazonas até o Rio da Cruz, ou Camuci, que é perto do Ceará, aonde também partiu um padre a tomar posse daquelas cristandades... Afora estas Aldeias, descemos este mesmo ano, por ocasião também forçosa, mais de mil almas de Tupinambás, que são os principais índios de toda esta costa... (Vieira, A. Carta ao Provincial do Brasil, do Maranhão, 1 de junho de 1656, in Leite, S. Cartas Jesuíticas).

Uma série de exigências de ordem econômica também passavam a se impor, levando os padres a assumirem um outro papel - o de "informantes" da Corôa Portuguesa. Nesse século, dão-se as primeiras notícias da adaptação: as grandes culturas, a criação de animais, ou a utilização do meio ambiente através de uma transformação mais radical da natureza, como a exploração efetiva das minas, por exemplo:

Nas serras desta povoação há as minas de ouro que descobriu Dom Francisco de Sousa que ora é Governador das partes do Sul, em que elas caem. As melhores e mais nomeadas se descobrem em uma alta serra, a que os índios deram o nome, Ibira Suiaba, e dela se tem tirado muito e mui fino ouro, por ser todo ele de 23 quilates e meio, e excelentíssimo pera dourar. Estas Minas, e ouro se tira junto às ribeiras de rios, outro nos mesmos rios e lagoas, outro na serra, a qual em partes é um monte de cristal, entre o qual se descobrem grandes grãos de ouro e algumas pedras de preço, que a natureza cria no meio do cristal. Também se acha ouro de beta, que ao modo de prata se tira por fundição, como outra espécie, que se acha nos ribeiros e regatos, miudo, como areia, a que chamam voador. E este é o do sumo rendimento, e que nunca pode faltar; como dizem os que entendem deste ministério (Monteiro, J. Relação da Província do Brasil, 1610, in Leite, 1949. p. 395).

São também desse século as notícias de vilas já há algum tempo instaladas e de real importância na ocupação do território (a ponto de serem comparadas a algumas vilas da Metrópole).

É uma baía espaçosa de 18 léguas de diâmetro, e 24 de circunferência:... é esta aquela enseada, a quem por tempos coube por sorte que fosse nela edificada a nobra cidade do Rio de Janeiro... Correndo avante 42 léguas, descobre-se a barra do Rio S. Vicente... é porto capaz de todas as naus. Aqui se edificou a Vila, que hoje chamamos S. Vicente, cabeça da Capitania de Martim Afonso de Sousa. Divide-se esta da de S. Amaro... mediante o esteiro da Vila de Santos (Vasconcelos, S., op. cit. p. 75).

Ou seja, a maior parte das obras desse período esteve empenhada em levar a realidade conhecida no Brasil. No entanto, isto acontecia ainda dentro dos limites mentais da compreensão européia. Ainda não se assumia inteiramente a idéia de que se tratava de um mundo novo, com um clima novo, novos animais, novas plantas, novas culturas, novos povos - o que só ocorreu de modo mais significativo, no século XVIII, quando a fase da compreensão se tornou mais perceptível nas obras jesuíticas. Poucas obras podem exemplificar melhor este período do que *Cultura e Opulência do Brasil*, de Antonil, escrita no início do século (1711). É seu, por exemplo, o texto em que temos a oportunidade de perceber como o conhecimento dos solos em determinadas regiões do Brasil já permitia o aproveitamento econômico das terras para o plantio da cana-de-açúcar, entre outros. Abrindo sua primeira parte - *Cultura e Opulência do Brasil na lavra do açúcar Engenho Real moente e corrente* - o próprio autor anuncia:

Trata-se: do senhor do engenho do açúcar, dos feitores e outros oficiais que nele se ocupam, suas obrigações e salários. Da moenda, fábrica e oficinas do engenho e do que em cada uma delas se faz. Da planta das canas, sua condução e moagem; e de como se faz, purga e encaixa o açúcar no Recôncavo da Bahia, no Brasil, para o reino de Portugal e seus emolumentos (Antonil, A., op. cit., 1711, p. 67).

Esta assimilação marca a aceitação da realidade do Novo Mundo, agora não mais totalmente obscurecida por aquele aqui já comentado sentimento europeu de superioridade, que havia sido sempre o pior inimigo da “compreensão”. Esta superação marcou toda a tomada de posição intelectual/mental da Europa em relação ao Novo Mundo, do século XVIII em diante, ultrapassando a abrangência dos períodos por nós estudados, mas da qual nos cabe tratar ainda o início (até 1760).

Esta apreensão, “compreensão”, da natureza brasileira se concretizou nas obras jesuíticas que tratam, ainda, das descobertas geográficas do século XVIII ou no levantamento de coordenadas e distâncias, assim como no desenho cartográfico mais e mais sofisticado e aprimorado do Território brasileiro; ou na cultura indígena que ia sendo, cada vez mais, objeto de interesse na Europa; nos animais e plantas que iam sendo conhecidos e classificados e em muitos outros temas desenvolvidos nas obras jesuíticas. Podemos dizer que a colonização ia chegando ao termo à medida que se caminhava para a assimilação, cada vez maior, do território, da natureza, enfim, de todos os elementos deste Novo Mundo.

Estas fases aqui identificadas e caracterizadas nos servirão para compreender de que modo os padres viram a natureza brasileira. Obviamente, tais características não são estanques ou correspondentes a único período. Mesclam-se temas e diferentes formas de abordá-los, nem sempre respeitando ou se enquadrando perfeitamente às características (aqui estabelecidas) referentes à época em que eram produzidos. Não é surpresa, por isso, encontrarmos quem se preocupasse com monstruosos habitantes dos mares tropicais ainda no século XVII, ou ainda quem, adiantando-se a outros, se ocupasse de descrever costumes e tradições indígenas no século XVI. Por isso, nossa intenção foi apenas a de criar “parâmetros” que permitam diferenciar ou reconhecer as obras geográficas jesuíticas, ao longo do tempo, a partir de suas principais características.

A visão jesuítica da natureza brasileira

As descobertas marítimas do século XV-XVI abriram ao mundo: a chance de ver, de tocar, de observar *in loco* coisas que, até então, não passavam de pura teoria, resultante de exercícios da razão (ou, tantas vezes, da imaginação) (Capel, 1980).

Alguns grupos - comerciantes, soldados, viajantes, navegadores, colonizadores, entre outros - faziam parte daquela seleta porção da humanidade (ou da civilização ocidental) que tinha o privilégio de ver o Novo Mundo e cada um exercia esse “direito”, observando, não só aquilo que movia seus interesses, mas também fazendo uso dos elementos que sua formação lhes permitia; ou seja, como reconhece Elliot (1984), cada grupo/classe trazia uma visão própria do Novo Mundo:

Si se pregunta qué fue que los europeos vieron al llegar al otro lado del Atlântico y cómo lo vieron, la respuesta dependerá de la clase de europeo de que se trate. Su punto de vista estará afectado por su formación y por sus intereses profesionales. Soldados, eclesiásticos, comerciantes y funcionarios experimentados en leyes: esas son las clases de hombres de las que dependemos para la mayor parte de las observaciones de primera mano sobre el Nuevo Mundo y sus habitantes. Cada clase tenía su propia visión y sus propias limitaciones. (Elliot, 1984, p.31-32)

Não foi diferente com os jesuítas, especialmente com os nossos “jesuítas geógrafos”. É preciso lembrar: eles eram produto de uma longa formação. Seguidores do Humanismo e preocupados com a transmissão do saber e da ciência em sua longa tradição de educadores, com muitos bons olhos viam a

Geografia e deste saber se utilizavam. Mas, quais os resultados “literários-geográficos” da experiência empírica advinda de seu contato com aquele mundo novo, indecifrável, exótico, diferente e que ia de encontro, muitas vezes, a tudo aquilo em que acreditavam ou conheciam a partir de estudos e teorias trazidas do Velho Mundo? Como todas estas novas experiências estiveram presentes em seus relatos? Qual a imagem que transmitiram da natureza, dos índios, da flora e da fauna brasileiras, a partir da formação e dos conhecimentos anteriores de que dispunham?

Não é nosso objetivo fornecer uma resposta quantitativa a tais questões. Porém, partindo da leitura de um certo número dessas obras, algumas importantes singularidades da literatura “geográfica” jesuítica podem ser aqui levantadas e muitas questões da Geografia contemporânea são passíveis de encontrar respostas naquelas cartas, relatos e informações deixadas pelos padres da Ordem inaciana.

Podemos iniciar nossa análise com uma passagem do padre Simão de Vasconcelos, escrita no século XVII, descrevendo o céu como era visto do Brasil e o movimento dos astros e que constitui um valioso exemplo da importância que o pensamento aristotélico tinha na visão jesuítica do mundo:

*Por esta via pretendiam os Autores citados aniquilar a terra do Brasil, e da América toda, negando uns poder haver terra, onde cuidavam, que não havia Céu. ... Para livrar de tantas calúnias tão fora da razão a terra do Brasil, e deste Novo Mundo, ... E primeiro que tudo lancemos fora a ignorância dos que pretendem tirar-nos o Céu, e com ele seus influxos benignos. Acodem por honra destas partes Autores sapientíssimos; ainda dos das mesmas partes contrárias, e por tais dignos, de mais crédito, Tales Milésio da parte da Jônia; Pitágoras, e Liceto, da parte da Itália: os Sábios da Babilônia, os da Caldéia, os do Egito, os da Grécia (Aristóteles, Ptolomeu; Alfragano, e Platão no seu Timeu), provam por nossa parte com razões evidentes, assim filosóficas, como astronômicas, que a toda a terra, em qualquer parte que esteja respondo o Céu, por ser este esférico, e redondo. Porém por brevidade, mostremo-lo somente agora com a experiência do movimento do sol, lua, e estrelas errantes. Todas estas vemos com nossos olhos, nesta mesma região caluniada, irem subindo todos os dias do horizonte oriental ao meio do Céu: e deste descer até o do Poente: e daqui voltar outra vez em perene movimento ao lugar do seu Oriente. E se o Céu não fora esférico, e esférica a terra, não tinham os astros porque andarà roda. Na mesma forma, com nossos olhos estamos vendo, que vai o Céu rodeando a terra com suas estrelas fixas igualmente distantes: segundo confirma a Sagrada Escritura (Vasconcelos, S. *Crônica da Companhia de Jesus*, 1668, Petrópolis, Vozes, 1977. pp. 139 e 140).*

A cosmografia medieval (ainda tão presente naquele início de Idade Moderna) era governada pelas idéias de Aristóteles, que estiveram perfeitamente integradas às idéias judaico-cristãs, por um longo período: tinha-se a Terra como o centro do universo e, evidentemente, como os sentidos mostravam, ela era sólida, estacionária, finita e esférica. As estrelas girariam ao redor da Terra e estariam equidistantes dela, fixadas à superfície de uma esfera giratória, que funcionaria como uma abóboda vista da Terra e marcaria as bordas do universo. Fora desta esfera estaria o nada. Dentro da esfera das estrelas fixas, o universo estaria dividido em duas zonas: a celeste e a terrestre, com a órbita da Lua servindo como limite entre elas. Os objetos celestes se moveriam em órbitas circulares em volta da Terra, em velocidade constante. Mas, na região terrestre, as coisas se moveriam ao acaso ou em linhas retas. Estas coisas da Terra, compostas pelos quatro elementos - terra, fogo, água e ar - nasceriam, morreriam, ou entrariam em decadência, enfim, estariam em constante mudança. Todas essas características demonstrariam a imperfeição dos elementos terrenos; o que não aconteceria com os objetos celestes, demonstrando sua perfeição (compostos por uma quintessência eterna e sem mancha, não possuíam qualquer necessidade de mudança). Movimentos circulares também seriam indicativos de perfeição, já que a figura geométrica perfeita seria a esfera. Ao contrário, a casualidade ou movimentos retilíneos seriam próprios das coisas imperfeitas.

Observando-se tal estrutura do universo, concluía-se ainda que haveria um propósito, um desígnio

nisto tudo, ou seja, haveria uma “causa final” por trás de todas as coisas. Ora, se esta cosmologia combinava com a Cristandade, o Deus cristão era esta causa final. O universo seria, então, regido por princípios que levariam a alcançar os propósitos de Deus. Tudo existiria em função da vontade divina e deveria ser explicado através da compreensão desta vontade. Um excelente exemplo do alcance desta “física-teológica” é sabermos que até mesmo a natureza dos objetos, assim como seu comportamento, era explicada em relação à sua posição no universo e à sua função nas determinações divinas. Tudo aquilo que existia tinha um determinado lugar na ordem geral das coisas, pois, sendo criação de Deus, seria parte do Seu plano geral. Nada haveria de errado, fora do lugar ou que fugisse àquela “ordem”. Haveria uma lógica divina regendo todas as coisas e cada coisa existente era uma parte dessa lógica. Mesmo aquelas criaturas monstruosas e horrendas que habitavam os limites da Terra, os oceanos ou as “terras incógnitas” e, mais tarde, todos os elementos naturais e culturais de uma América recém-descoberta, tão diferentes e estranhos à Europa ocidental, haveriam de ser entendidos como parte daquele grande plano divino.

Apesar de logicamente consistente, essa combinação do Deus cristão com o pensamento aristotélico não deixa de ser, no mínimo, um grande “arranjo” da filosofia ocidental ou, como diz Lovejoy (1973), um dos maiores paradoxos momentâneos do pensamento ocidental. Neste interessante “arranjo” acham-se também as raízes da concepção de um plano ou estruturação do mundo que, através da Idade Média e, mais tarde, no século XVIII, muitos filósofos e a maioria dos homens de ciência e “cultura” aceitaram sem grandes questionamentos - a concepção do universo e da natureza como uma “Grande Cadeia do Ser”. Fundamentada no princípio platônico da plenitude e da continuidade da Criação, esta cadeia constituía-se de um número infinito de elos (animados e inanimados, espirituais e materiais) arranjados numa ordem hierárquica (de influência aristotélica) que incluía desde as maiores e mais perfeitas formas de existência - Deus, arcanjos e anjos - até os mais vis, imperfeitos e desprezíveis seres - o demônio, os répteis e os insetos malignos (Glacken, 1990, p.43). Entre cada um desses elos, a variedade e a quantidade de seres era infinita, formando-se uma Grande Cadeia dos Seres, composta de um imenso ou infinito número de elos arranjados em ordem hierárquica, todos diferindo do imediatamente acima e do imediatamente abaixo, guardando o menor grau possível da diferença. (Lovejoy, 1973, p.59)

O próprio ato de “observar” a América recém-descoberta incluía, mesmo que de modo inconsciente, uma certa preocupação em encaixar todos os novos elementos que iam sendo revelados ao mundo ocidental, nessa Grande Cadeia. Na obra geográfica jesuítica, a questão com a definição da natureza dos índios é o ponto onde tais preocupações se tornam mais evidentes. Seriam os índios verdadeiramente seres humanos? Ou uma espécie limítrofe entre o homem e os animais?

E como a curiosidade do homem em procurar saber é natural, pretenderam tirar dos índios algumas respostas das dúvidas que tinham:...Em que tempo entraram a povoar aquelas suas terras os primeiros progenitores de suas gentes? De que parte do mundo vieram?...Como chegaram a degenerar de seus costumes e a estado tão grosseiro alguns dos seus, especialmente tapuias, que pode duvidar-se deles, se nasceram de homens, ou são indivíduos da espécie humana? (Vasconcelos, S. Crônica da Companhia de Jesus.(1668), pp.79-80).

Além desta, existia, é claro, a preocupação com a hierarquia dos animais, das plantas, e mesmo dos “monstros” descritos por muitos padres, que se diziam, muitas vezes, testemunhas oculares da existência de tais “diabólicas” criaturas (aqui, pelo termo usado para defini-las, torna-se óbvia sua classificação nas mais baixas categorias da Cadeia).

É neste contexto aristotélico-medieval que talvez encontremos a explicação mais razoável de uma grande questão que envolve algumas obras jesuíticas do século XVI: por que, mesmo em seus relatos iniciais, os jesuítas não se mostram incrédulos (na maioria das vezes, apenas surpresos), ainda que diante dos fatos mais inéditos e dos elementos mais exóticos encontrados no Novo Mundo? (Vasconcelos é um grande exemplo desta “compreensão”). Simplesmente, porque eles compreendiam tudo aquilo dentro da ordem aristotélica, ou melhor, dentro de uma ordem divina, no âmbito da qual viam uma causa final - o

Deus cristão. O Novo Mundo, com todas as suas “novidades”, era a parte que faltava, ao homem, descobrir no todo da divina criação.

Decerto, esta maneira de entender o mundo, comum aos padres da Companhia, na verdade, acabou sendo benéfica ao Novo Mundo, uma vez que todos os fenômenos e elementos novos, assim como as tribos indígenas que habitavam nessas terras, acabaram sendo entendidas pelos jesuítas como criações e criaturas de Deus, e, como tais, donas de um lugar naquela “lógica divina”. E esta é, sem dúvida, uma das principais razões que fizeram dos padres os grandes defensores dos índios. Mesmo seus mais horrendos atos “não-cristãos” eram compreendidos e “perdoados” pelos padres, que lhes reconheciam, acima de tudo, como obra do Criador (“Criaturas de Deus”, até mesmo antes de serem reconhecidos como seres humanos, naquelas grandes discussões que marcaram o século XVI “sobre a natureza dos índios”).

Encontramos, então, no pensamento aristotélico e medieval, uma primeira pista para a compreensão da geografia jesuítica; ou, se preferirmos, esta é uma das características que marcam a visão jesuítica da natureza brasileira, pois constituía um dos elementos explicativos com os quais trabalhavam, nem sempre explicitamente, é verdade, os padres, em suas obras.

Uma segunda pista, ou seja, outro desses elementos explicativos da visão jesuítica da natureza, é a questão do imaginário medieval. Apesar de toda a riqueza científica e filosófica que constituía a formação dos padres, sobrevivia, no século XVI (e ainda no século XVII), entre os companheiros de Ignácio, uma visão medieval da vida e do mundo. O imaginário medieval europeu ocidental manifestava-se em várias situações que se expressam, por exemplo, através da crença em demônios, monstros, prodígios, seres imaginários:

*Estes homens marinhos se chamão na lingua Igpupiára; têm-lhe o snaturaes tão grande medo que só de cuidarem nelle morrem muitos e, nenhum que o vê escapa; alguns morrerão já, e perguntando-lhes a causa, dizem que tinham visto este monstro; parecem-se com homens propriamente de bôa estatura, mas têm os olhos muito encovados. (Cardim, F. *Tratados da terra e gente do Brasil* (1585), p.50).*

*Pouco terei de acrescentar a respeito daquellas coisas, que costumam assustar os indios, em aparições nocturnas, ou antes demonios. Coisa muito sabida é, corre pela boca de todos, que ha certos demonios, que os Brazis chamam Corupira, que muitas vezes atacam os indios, nos bosques, açoutam, atormentam, e matam. Deste facto são testemunhas alguns de nossos irmãos, que algumas vezes tiveram occasião de vêr os assassinados por elles. Ha outros espantelhos desta especie, que não só causam terror, mas tambem prejuizo aos indios: nem é de admirar que, com estas e outras coisas, que seria longo ennumerar; o demonio queira-se tornar terrivel a estes Bravios que desconhecem a Deus, e de exercer sobre elles terrivel tyrannia. (Anchieta, J. *Cartas Inéditas*. (1560), pp.47-48)*

Acrescente-se a estas a crença total (que se traduz mesmo por uma espécie de “pensamento mágico”), como não poderia deixar de existir entre padres católicos, em Deus, santos e relíquias sagradas:

*O desastroso naufragio de outro navio, que nos precedia, claramente nos demonstrou qual fôra para comnosco a misericordia do Senhor, a qual não duvidamos que nos fosse propicia, pelos rogos e pelos meritos da Beatissima Virgem, e dos Sanctos, cujas reliquias traziamos comnosco. (Anchieta, J. *op. cit.*(1560) p.15)*

Faziam parte, ainda, do pensamento quinhentista fortes traços de uma fisico-teologia, caracterizada por profunda admiração da beleza, da bondade, da sabedoria e da grandeza de Deus, através da observação da natureza (Ribeiro, 1989, p.18). E, nesta parte, poucos foram mais sublimes do que Anchieta, como exemplifica esta sua descrição dos bosques brasileiros:

Todo o Brasil é um jardim em frescura e bosque e não se vê em todo o ano árvore nem erva seca. Os arvoredos se vão às nuvens de admirável altura e grossura e variedade de espécies. Muitos dão bons frutos e o que lhe dá graça é que ha neles muitos passarinhos de grande formosura e variedade e em seu canto não dão vantagem aos rouxinóis, pintasilgos, colorinos e canários de Portugal e fazem uma harmonia quando um homem vai por este caminho, que é para louvar ao Senhor, e os bosques são tão frescos que os lindos e artificiais de Portugal ficam muito abaixo. (Anchieta, J. in *Cartas Jesuíticas*, 1565).

Esta maneira de lidar com o mundo e, principalmente, como vemos, com a natureza de um mundo novo e, até então, estranho, encontrava ecos ainda mais fortes nas medievais buscas do paraíso perdido. Existia uma tentação quase irresistível de se contemplar as terras recém-descobertas sob o prisma das ilhas encantadas da fantasia medieval. Mas, apenas o fantástico não podia dirigir os sonhos europeus. Deste modo, além dessas fantasias que só traziam respostas incompletas, era em suas próprias tradições que os europeus iam buscar elementos que os ajudassem a compreender o desconcertante mundo das Índias Ocidentais, comparando-o com o Jardim do Éden ou com a Idade do Ouro da Antiguidade. O próprio sentimento de insatisfação da cristandade do século XV, diante das crises vividas pela Igreja, determinou este anseio de retornar a uma situação mais favorável. Assim, o retorno conduziria ao paraíso perdido cristão, ou à Idade do Ouro dos antepassados, ou mesmo a uma bem construída combinação de ambos.

Em sua obra *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Hollanda (1977) diz que, apesar de não ser uma característica comum, entre os jesuítas do Brasil, a crença no paraíso terrestre, o esboço de tal pensamento permeia muitos de seus relatos, descrições e obras.

A temperança do ar, o verde perene das florestas, a grande quantidade de rios e águas: todos são elementos que forneciam pistas da proximidade, ou da própria presença do paraíso terrestre.

Os relatos jesuíticos referentes ao clima do Brasil (e do Novo Mundo, em geral), no século XVI, assim como nos demais períodos, segue sempre a idéia de amenidade, de brandas variações, de ares saudáveis e propícios à longevidade, coincidindo com as “descrições” do Éden, como em Cardim:

O clima do Brasil geralmente he temperado de bons, delicados, e salutiferos ares, donde os homens vivem muito até noventa, cento e mais annos, e a terra he cheia de velhos; geralmente não tem frios, nem calmas, ainda que o Rio de Janeiro até São Vicente ha frios, e calmas, mas não muito grandes; os céos são muito puros e claros, principalmente de noite; a lua he mui prejudicial à saude, e corrompe muito as cousas; as manhãs são salutíferas, têm pouco de crepusculos, assi matutinos, como vespertinos, porque, em sendo manhã, logo sae o sol, e em se pondo logo anoitece... as noites e dias são quasi todo o anno iguaes (Cardim, op. cit. (1585) p. 25).

E é um lugar tão agradável que, nota o Padre Vasconcelos,

...o autor do universo repartiu seus bens naturais com esta terra do Brasil, a fertilidade de seu torrão, a frescura de suas campinas, a verdura de seus montes, o ameno de seus bosques, a riqueza de seus tesouros, e a delícia de seus ares, e climas: sem dúvida que julgaria, que à medida de tão bem adornado palácio faria o senhor a escolha dos homens, que o haviam de habitar: qual lá escolheu um Adão, e Eva à medida do terreal Paraíso, que para eles preparara (Vasconcelos, S. op. cit. (1668) pp. 96-97).

A bem da verdade, um dos jesuítas que mais contribuiu para o conhecimento geográfico do Brasil foi, sem dúvida, padre Simão de Vasconcelos (1668). Porém, suas *Notícias necessárias e curiosas do Brasil* estão impregnadas (na quase totalidade de suas páginas) de uma incessante comparação do Brasil com o paraíso terrestre, não sendo à toa que o próprio autor, na suma do Livro 2 de sua obra, escreve:

Trata da bondade da terra do Brasil. Defende esta das calúnias, que os antigos lhes impuseram de zona tórrida e inabitável, e por fim mostra a bondade do clima, e duvida, se nele plantou Deus o Paraíso Terreal? (Vasconcelos, S. op. cit. (1585) p. 113).

Sua hipótese do Paraíso Terreal na América vinha especialmente contradizer a idéia que os antigos geógrafos tinham das terras incógnitas. A experiência empírica ensinou ao padre como eram falsos os mitos da zona “tórrida”. O Brasil não era uma área queimada, sem céu(!), nem faltavam pastos, chuvas, fontes, rios, arvoredos. Não era desértico, nem inabitável ao homem. Ao contrário. E, assim, evoca os antigos para provar que, como queria Aristóteles (e como ele próprio comprovava empiricamente), a América tinha céu.

Tampouco os índios fogem a este quadro de maravilhas, na maior parte das obras de autoria dos jesuítas. Apesar da antropofagia, da poligamia e dos “maus hábitos”, reafirma-se o quadro paradisíaco, insistindo-se sempre, especialmente nos primeiros relatos, que os índios “vivem na idade do ouro... moram em hortas abertas, sem leis, sem livros, sem juízes, e seguem naturalmente o bem” (Hollanda, 1977, p.180)

Em ultimo lugar tractarei destes Brazis, porque ninguem encontrará entre elles qualquer pessoa affectada de alguma deformidade natural, raramente apparece um cégo, surdo, mudo, ou coxo, nenhum monstruosamente nascido (Anchieta, J. op. cit. (1560) p. 49)

Não podemos deixar de relacionar esta visão do indígena brasileiro às lembranças clássicas ligadas à teoria de excelência do estado natural, que é um traço da *aurea aetas* dos antigos. Ou ainda, com as idéias cristãs sobre o estado de inocência que, com o tempo, iriam reforçar a crença na bondade natural do homem. E vem, aqui também, embutida a idéia da “miséria do tempo presente, amparada no louvor e nostalgia de um passado venturoso e idílico” (Hollanda, 1977, p.180); idéia tão viva nos tempos medievais, que levou Vasco de Quiroga, em 1535, a comentar:

...que isto aqui se chama Novo Mundo, e não por se ter achado há pouco tempo, senão porque é em gentes e em tudo como foi aquele da idade primeira e de ouro... (Hollanda, 1977, p.204).

Todas essas características dos textos geográficos jesuíticos são especialmente marcantes nos séculos XVI e XVII. Isto não significa dizer que as relações estabelecidas acima (entre o conteúdo das obras e a matriz filosófico-científica sobre a qual trabalhavam os jesuítas) ficaram reduzidas aos dois primeiros séculos da colonização. Ao contrário, sobreviveram também no século XVIII.

O que mais pode nos surpreender, a princípio, é o fato de tais elementos, próprios do pensamento aristotélico e do imaginário medieval, terem tido vida tão longa entre os padres da Companhia, o que parece contrariar a “modernidade” de seus princípios organizacionais e de ação. Vejamos onde poderiam residir as causas de tal ocorrência.

Sabemos que todo o paradigma para a ciência estava apoiado na religião, o que é facilmente explicável, uma vez que todo esse saber tinha origem na estrutura acadêmica (e de poder) das universidades medievais, onde a Faculdade de Teologia (não por coincidência) era o degrau mais alto que um estudante poderia alcançar. Ao mesmo tempo, a conformidade da visão Aristotélica do mundo com a teologia cristã dificultaria qualquer tentativa de mudança na ciência, pois isto implicaria transformar também toda a teologia e, com ela, o poder da Igreja.

E foi exatamente essa mudança, tão temida pela Igreja, que acabou ocorrendo. Do princípio do século XVII ao fim do século XVIII, o aspecto filosófico-científico do mundo alterou-se de uma forma, até então, jamais vista. A revolução iniciada por Copérnico desenvolveu-se de modo tão amplo que não só a Astronomia se transformou, mas também a Física e, com elas, todos os demais ramos do saber. A revolução científica, apesar do nome que a define, teve longa duração. Afinal, não foi fácil vencer as divinas proposições das cosmologias medievais. Não se tratava, como Copérnico propunha, de apenas

uma inversão das posições do Sol e da Terra, uma simples “revisão” na antiga cosmologia. As implicações desta “pequena mudança” eram muito mais profundas e não eram apenas de ordem intelectual. Envolveram uma “revolução” na teologia, no poder da Igreja e na ordem do mundo – profundas transformações sociais, políticas e econômicas. E, quando isso aconteceu, houve o completo rompimento com os últimos vestígios do universo aristotélico. A Matemática tornou-se uma ferramenta cada vez mais essencial para as ciências físicas; os resultados eram expressos em números e os argumentos qualitativos eram rejeitados. Via-se também um desenvolvimento sem precedentes no projeto e na fabricação de instrumentos científicos, pois, se o mundo natural seria investigado de modo mais rigoroso e mais preciso, então era necessário um equipamento mais especializado ou sofisticado.

No entanto, no interior da Igreja e, conseqüentemente, no interior da própria Companhia de Jesus, as mudanças não se deram assim tão rapidamente, nem de maneira tão simples. E isto se refletiria na obra geográfica dos padres da Companhia, pois tais limitações impostas pela ortodoxia religiosa impediriam os companheiros de Loyola de aceitar plena e rapidamente o sistema de Copérnico (Capel, 1980, p.30).

Creemos que este sério motivo é o principal responsável pelo continuismo da visão medieval do mundo presente na literatura jesuítica seiscentista (e mesmo posterior). Discordamos, por exemplo, de autores como Pereira (1954), que acredita ser o isolacionismo em que viviam os jesuítas das colônias em relação à Europa o motivo de tal pensamento retrógrado. Ora, sabe-se que os jesuítas formavam, entre si, uma verdadeira rede internacional de informações. Não seria a falta de comunicação a causa da ignorância ou desatualização filosófico-científica dos jesuítas do Brasil. Podemos concluir, então, que seria uma imposição da matriz. A decisão da Igreja de não acompanhar a revolução científica era piamente seguida pelo Geral e por toda a Companhia, na Europa. Este alienado comportamento da Igreja levaria a Companhia de Ignácio, ao seguir as imposições do Papa, a abrir mão de sua “modernidade” (ao menos no que diz respeito à ciência). A modernidade que marcava sua organização e capacidade de trabalho (e poder) não seria acompanhada por uma modernidade no pensamento e na prática científica, durante o século XVII. Era como se os padres passassem a repetir um discurso que, pouco a pouco, perdia o sentido num mundo em transformação.

Apesar dessa visão conservadora e ortodoxa do mundo, os irmãos de Loyola continuam a dar incontestável contribuição ao conhecimento das terras brasileiras. E talvez o maior exemplo do convívio dessas duas situações - um pensamento rico em idéias aristotélico-medievais, aliado a uma importante contribuição à geografia - encontra-se, como já comentado, na obra do Pe. Simão de Vasconcelos.

Alguns jesuítas, mesmo sem abandonar as ordens dos superiores ou questionar o que lhes impunha a Santa Madre Igreja e, assim, impedidos de optar abertamente por uma visão do Novo Mundo apoiada nas idéias de Copérnico ou da Revolução Científica, produziam, entretanto, obras importantes no seu tempo, obras que não perdiam seu valor “científico” ou informativo. Incluem-se aqui todos aqueles que tratavam das medições e limites das novas terras, por exemplo, Jácome, Capassi e Diogo Soares são nomes cuja produção se encaixa neste caso.

Na verdade, a partir das obras e dos temas que estivemos observando para a realização desta análise, podemos concluir que a literatura geográfica produzida pelos padres da Companhia, nos séculos XVI e XVII, é, digamos, a mais facilmente “caracterizável”, “original” ou “reconhecível” como pertencente a um “conjunto de obras jesuíticas”. Naquele tempo, a então jovem Companhia de Jesus deixava vir à tona todas as características de sua constituição, fundamentos (filosóficos, teológicos, científicos...) e objetivos. Isto não ocorreu no século XVIII.

Aquela organização multinacional, com sua prática extremamente moderna, no século XVIII, já não apresentará mais uma visão do mundo que se diferencie tanto daquela dos demais escritores que apresentam relatos sobre o Brasil.

Os relatos que, antes, davam ao leitor uma visão medieval, aristotélica ou “cristã” das novas terras, forneceram agora uma visão mais utilitária, pela qual a informação é a principal meta. A racionalidade e objetividade dos textos, consubstanciada numa linguagem bastante diferente daquela dos séculos anteriores, torna a literatura jesuítica do século XVIII tão compreensível ao leitor do século XX quanto aquela produzida por outros exploradores e viajantes, como Miguel Pereira da Costa, Francisco Tavares de

Brito, Francisco Palheta, Saint-Hilaire e outros. Estão essas obras ligadas àquela nova curiosidade pelo mundo surgido no século XVIII. Uma curiosidade que, como nos diz Foucault (1961, p.136), fez, “se não descobrir, pelo menos dar uma amplitude e uma precisão até então insuspeitadas às ciências da vida.”

Entre os motivos de tal curiosidade pelo mundo, ou, se preferirmos, deste novo “olhar”, listam-se as descobertas de aparelhos de precisão, como microscópios, ou aparelhos astronômicos e de cálculo (que permitiam as medições de áreas e o traçar de limites); mas, também, entre as causas que impulsionaram ou transformaram esse “olhar” do mundo, estavam

o interesse econômico pela agricultura, de que a Fisiocracia foi um testemunho, e também os primeiros esforços de uma agronomia; a meio caminho entre a economia e a teoria, a curiosidade pelas plantas e pelos animais exóticos que se tenta aclimatar e dos quais as grandes viagens de pesquisa ou de exploração... trazem descrições, gravuras e espécimens... (Foucault, 1961, p.140).

Essa preocupação com uma “agronomia” ou com uma “economia”, como fala Foucault, são facilmente exemplificadas na já citada obra de Antonil (1711), onde, ao dar notícias das principais culturas que, na época, se desenvolviam no Brasil, realiza um verdadeiro tratado de economia (talvez o primeiro relativo a nossa terra).

Por outro lado, a preocupação com a classificação da natureza, assim como a questão do conhecimento e aproveitamento das diferentes espécies que se ia descobrindo, suscitavam grandes discussões na Europa, as quais envolviam desde a possibilidade de se classificar seres vivos - defendida por alguns, como Lineu, ao sustentarem que toda a natureza pode entrar numa taxonomia; e execrada por outros, como Buffon, que acreditavam ser ela demasiado rica para se ajustar a um quadro tão rígido - até as grandes discussões sobre a natureza, as espécies e os fenômenos observados no Novo Mundo.

Nesse sentido, grandes debates tiveram lugar na Europa, a partir do século XVIII, como destaca Gerbi (1982). Discutia-se a respeito de uma suposta inferioridade das espécies animais na América; ou sobre a decadência dos animais domésticos; a hostilidade da natureza; ou mesmo sobre a inferioridade dos habitantes dos trópicos - tudo para demonstrar uma “imaturidade” daquele Novo Mundo, como queria Buffon.

Tais questões, em pleno século XVIII, também não deixavam de buscar referências em Aristóteles, especialmente naquela estrutura metafísica de que já falamos - a Grande Cadeia do Ser, principalmente ao tratarem “do estável, superior ao mutável”, das “grandes espécies, mais perfeitas e estáveis que as pequenas” e da “aversão aos animais minúsculos” (Gerbi, 1982, p.21-29 e 31-36).

Todas essas discussões e polêmicas a respeito do Novo Mundo, que envolviam grandes homens de cultura e ciência, na Europa, como Buffon, De Pauw, Hume e Bodin, parecem não se ter refletido diretamente na obra jesuítica do século XVIII. E aqui, arriscamos a opinião de que já não eram as imposições da Igreja, em sua negação da Revolução Científica ou das idéias de Copérnico, que geravam tal posição. Preferimos acreditar que a experiência empírica dos padres da Companhia fazia-os transmitirem uma idéia “única” do Novo Mundo - a idéia de quem viu, experimentou, vivenciou toda aquela discussão *in loco* - a visão daquilo que era vivido e não apenas pensado, teorizado.

A imagem e a informação que os padres da Companhia forneciam não se encontravam voltadas para tais discussões, como pode ser observado na obra de jesuítas como Capassi, Antonil, Andrade ou Beça. As preocupações de quem “vivia”, detinha o privilégio da “prática” naquelas terras ou tinha uma “missão geográfica (de informante, de cartógrafo ou de inventariante)”, eram bem diferentes das preocupações daqueles que, na Europa, “olhavam” para aquele exótico mundo do outro lado do Atlântico.

Não é de estranhar que a maior parte das obras dos jesuítas-geógrafos do Brasil, nesse período, estejam, quase em sua totalidade, voltadas para a etnografia indígena, e, principalmente, para o mapeamento e a demarcação de terras e limites. E isto se deu, não por simples inspiração da Companhia, ou sem um motivo maior. Os alicerces científicos da cartografia, firmados no século XVII, a partir do desenvolvimento dos estudos astronômicos e matemáticos de Galileo, Kepler, Pascal, Newton e outros,

finalmente começavam a trazer avanços à geografia produzida pelos jesuítas. Mesmo porque, em Portugal, na primeira metade do século XVIII, verificou-se grande incremento da cartografia científica, através da criação da classe de engenheiros e das escolas de aplicação de Matemática. Eram criados, assim, processos de levantamento, reconhecimento e desenho cartográfico. Os demarcadores e cartógrafos que trabalhariam no Brasil - e aqui se incluem muitos jesuítas - traziam consigo uma preparação técnica e científica bastante especializada e sofisticada.

Todo esse mapeamento e levantamento do Território brasileiro envolvia “segredos de Estado”, é verdade, mas, principalmente, tinham como objetivo a preparação do governo português para atuar nos tratados diplomáticos com a Espanha (principalmente aqueles que envolviam limites). Assim é que, já no século XVII, a expansão luso-brasileira, provocando constantes atritos com os espanhóis, levou Portugal, antes mesmo de se embrenhar em negociações diplomáticas, a dar os primeiros passos para o reconhecimento sistemático das terras brasileiras. A intenção era obter uma representação cartográfica, ainda que aproximada, das regiões já efetivamente ocupadas por “brasileiros”. Surgiu assim, em 18 de novembro de 1729, um alvará do rei D. João V ao vice-rei do Brasil, que determinava

para se evitarem as dúvidas e controvérsias que se têm originado dos novos descobrimentos, que se têm feito nos sertões daquele Estado de poucos anos a esta parte, fazerem-se mapas das terras do dito Estado não só pela marinha, mas pelos sertões, com toda a distinção, para que melhor se assinalem e conheçam os distritos de cada bispado, governo, capitania, comarca e doação (Pereira, 1954, p.8).

Assim, aos jesuítas Diogo Soares e Domingos Capassi, por exemplo, coube, através de nomeação, iniciar os levantamentos. Entre 1730 e 1737, no território que abrange do centro-norte de Goiás ao sul de Santa Catarina (Laguna), mais de duzentas latitudes foram definidas por estes dois padres.

Considerações finais

Além de todas as contribuições trazidas pelos demarcadores, vemos surgir, ao longo do século XVIII, um número cada vez maior de relatos de viagens, relatórios, diários e outras obras preocupadas com informes geográficos. Tais documentos forneceram úteis informações sobre várias regiões do interior, contribuindo para o melhor conhecimento da geografia do Brasil.

A objetividade e a racionalidade marcariam, assim, indelevelmente, a maneira como os jesuítas-geógrafos do século XVIII viram a natureza brasileira. Já as grandes discussões filosóficas a respeito do Novo Mundo acabaram ficando, a princípio, nas mãos daqueles que não o conheciam de fato, e, só posteriormente, foram objeto de estudo de naturalistas e filósofos que aqui chegaram como “viajantes”, no século XIX.

Referência Bibliográfica

- ELLIOT, J. **O Viejo Mundo y el Nuevo. - 1492-1650**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vinte Luas - Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1501**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1950.
- NÓBREGA, M. **Cartas do Brasil (1549-1560)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.
- ANTONIL, A (1711). **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1982.
- CAPEL, H. La Geografia como ciência matemática mixta. La aportacion del circulo jesuítico madrileño en el siglo XVII. **Geo-Crítica**, Barcelona, nº 30, 3-35, nov. 1980.
- CLACKEN, C. **Traces on the Rhodian shore. Nature and culture from the Ancien Timse to the end of Eighteenth Century**. Berkeley e Los Angeles: 1967.

- FREITAS, Inês Aguiar de. **Em nome do Pai. A geografia dos jesuítas no Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII.** 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LOVEJOY, A. **The great chain of being.** Cambridge: Harvard University Press, 1973.
- HOLLANDA, S.B. de. **Visão do paraíso.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.
- PEREIRA, J.V. Desenvolvimento e fontes da geografia no Brasil durante o século XVIII. **Boletim Carioca de Geografia**, IBGE, Rio de Janeiro, ano 7 (3/4), 1954.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- GERBI, A. **La disputa del Nuevo Mundo.** México: Fondo de Cultura Económica, 1982.